

SEÇÃO LIVRE

**Dissensos em torno da modernização planejada
para o Brasil: intelectuais, política e questão racial
no corpus da revista *Anhembi* (1950-1962)**

Gustavo Rodrigues Mesquita*

Resumo

O artigo examina os dissensos originados pelo embate acadêmico entre a nova tradição da sociologia científica, centralizada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, e a primeira tradição histórico-sociológica representada por Gilberto Freyre. A revista *Anhembi* revelou-se fonte privilegiada para o estudo das distintas concepções porque, além de ter adquirido importância por sua visibilidade no meio intelectual dos anos 50, publicava artigos que abordavam questões críticas tanto para a metodologia científica quanto para a ordem social vigente no momento. Os ideais de modernidade em forte oposição à cultura do patriarcalismo, o ciclo do nacional-desenvolvimentismo em plena execução e a feição dúbia das práticas racistas desembocaram numa arena de debate diretamente manifesta no corpus de *Anhembi*.

Palavras-chave: Tradições intelectuais; Modernização; Racismo.

Abstract

The article examines the dissents originated by the academic clash between the new Scientific Sociology tradition, centralized in the *Social Sciences Division* at University of São Paulo, and the first historical-sociological tradition represented by Gilberto Freyre. The *Anhembi* journal revealed to be a privileged source for the study of these distinct conceptions because, besides having acquired importance by its visibility in intellectual milieu of the 50's, it published articles which approached critical issues to scientific methodology, as also to the social order current at that moment. The ideals of modernity in pulsating opposition to the culture of patriarchalism, the cycle of the "national-developmentism" in full execution and the dubious feature of racist practices led into a debate arena directly manifest in the corpus of *Anhembi*.

Key-words: Intellectual traditions; Modernization; Racism.

* Mestrando do PPGH da UFG. Bolsista CAPES. E-mail: gustavormesquita@gmail.com. Devo reiterar o agradecimento a meu orientador, Dr. Noé Freire Sandes, pela judiciosa revisão do texto preliminar.

Considerações preliminares

A trajetória intelectual de Gilberto Freyre caracterizou-se pela emissão de críticas severas contra a civilização estruturada na mecânica e na tecnologia política dos indivíduos – tendência civilizacional oriunda do estilo de vida coletivo e moderno dos Estados Unidos. A recuperação dos costumes culturais e da temporalidade da tradição patriarcal no concerto do desenvolvimento da modernidade no Brasil é um motivo político poderoso na ideologia freyriana, presente desde sua atividade de escrita jornalística ao longo dos anos 20 até seu empenho como artífice de um método científico de exposição fundado na introspecção, o qual se expressa em suas obras dos anos 30. Rigorosamente, sua visão pessimista acerca do aceleração da produção industrial e tecnológica inspira-se na experiência histórica da Inglaterra: para esse intelectual, o proletariado das fábricas inglesas do século XIX trabalhava sob condições mais precárias do que os escravos brasileiros, forros ou fugidos, habitantes das aldeias de mucambos e palhoças nordestinas e sulistas erguidas no tempo do Brasil Império. A construção histórica das redes de sociabilidade familística é, de fato, uma problemática proeminente na produção intelectual do sociólogo pernambucano.

Investindo essas considerações preliminares no tempo da Quarta República (1945-1964), vale dizer, a condenação de Gilberto Freyre dirigida à industrialização como conceito soberano de desenvolvimento econômico para o Brasil, preconizado por diversos intelectuais de seu tempo, como Octavio Ianni e Florestan Fernandes, foi interpretada como um pensamento reacionário que visava conservar o *status quo* do agrarismo latifundiário, considerando que, segundo os críticos presentes na época, as explicações acerca do patriarcado rural sustentadas pelo intelectual pernambucano só possuíam validade dentro da área de sua formação, ou seja, dentro da ambiência social engendrada em meio à lavoura de cana-de-açúcar, vivenciada na região nordeste.

Progressivamente, no ínterim entre o início dos anos 50 e o final dos anos 60, a auto-imagem de Gilberto Freyre como o principal intelectual que conseguia elucidar os problemas históricos interregionais de raça e cultura

começava a ser destruída. Movimento de recusa e contestação pulverizadora dos conceitos e valores freyrianos (lusotropicalismo, tradição patriarcal, identidades regionais, democracia social etc.), cujo ponto de partida deu-se pelo empuxo do revisionismo no interior da academia uspiana. Sobretudo nos anos 60, o pensamento do sociólogo pernambucano foi interpretado como representação pró-autoritarista que defendia a velha ordem social oligárquica; interpretação que implicou na banalização da tese do patriarcado rural. Portanto, suas obras foram silenciadas e, gradativamente, deixaram de ser lidas durante esse movimento intelectual específico. Freyre fora finalmente representado como um estágio na evolução do pensamento social brasileiro marcado pela ideologia racista.

Foram as ideias de *confraternização* nas relações entre senhor e escravos, de *idílio* na política escravocrata portuguesa colonial e de plasticidade cultural na suposta experiência de *acomodação* do negro com relação ao branco que ensejaram o ponto de partida para o embate acadêmico entre Gilberto Freyre e os intelectuais integrantes do leque político de esquerda. Partindo de estudos revisionistas acerca das relações raciais no Brasil Colonial e Imperial – empreendidos por Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, entre outros –, buscou-se, além de criticar seu modelo explicativo da formação da sociedade brasileira (ou seja, o modelo do ensaísmo), demolir tal modelo de explicação pretendendo vencer a disputa acadêmica pela primazia na representação narrativa da realidade nacional.

Desvendar a motivação dos dissensos no ideário de modernização planejado pelos intelectuais paulistas, isto mediante a pesquisa seletiva de textos e contextos correlacionados à revista *Anhembi*, é o objetivo dos tópicos subsequentes.

Textos e contextos de *Anhembi*: periódico científico, publicitário e político

A revista *Anhembi* foi um importante veículo de comunicação para introdução em todo país do repertório teórico das ciências modernas instrumentalizadas, pois forjadas no ambiente paulistano. Essa função

teorizante conjuga-se diretamente ao ideário de modernidade construído e endossado pelos intelectuais que atuaram como correspondentes da revista, o qual será abordado aqui pelo método dialético, ao nível de tese, antítese e síntese, em comparação ao primeiro ponto destacado (GOLDMANN, 1985).

A revista *Anhembi* foi publicada a partir de 1950 e interrompida por problemas financeiros no ano de 1962. Fundada e dirigida pelo paulistano Paulo Duarte, resguardava um caráter híbrido: publicava as pesquisas mais recentes e atualizadas nos campos das ciências sociais e historiografia e também divulgava as novas publicações de outros autores, entre eles literatos e cronistas, no espaço denominado “Livros de 30 dias”. Publicava, ainda, matérias de jornalismo político no espaço denominado “*Jornal de 30 dias*”. Todavia, o periódico recebia investimentos da iniciativa privada, que exigia em contrapartida o anúncio constante de seus produtos. Todos os números da revista estão seccionados pelo espaço destinado ao anúncio de produtos industrializados e de serviços privados prestados na cidade de São Paulo, bem como pelo espaço dedicado às discussões mais burocráticas em torno da política externa e, mais importante, pelo espaço reservado à divulgação da pesquisa científica.

Uma análise acurada da fonte fornece dados suficientes para perceber que a sequência copiosa de edições de *Anhembi* necessitou e estimulou, simultaneamente, a dinamização da práxis social da cidade de São Paulo que lhe era contemporânea. O periódico projetou-se no meio intelectual dos anos 50 prescindindo dos mecanismos tradicionais de comunicação, publicando trabalhos inovadores para a época, os quais debatiam, inclusive, a renovação dos métodos voltados para a pesquisa científica nas ciências humanas. Mais ainda, *Anhembi* adequou-se a seu próprio contexto, operando como prospecto da diversidade do cenário cultural proporcionado por São Paulo.

O destaque para o corpo de cientistas sociais formado neste momento recai principalmente sobre Roger Bastide, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Hebert Baldus. No que tange às orientações acadêmicas e aos legados institucionais, Octavio Ianni, em primeiro lugar, é unanimemente considerado um discípulo de Florestan Fernandes, que, por seu turno, fora um discípulo de Roger Bastide, sociólogo francês, e seu mentor intelectual na Universidade de

São Paulo. A verdade é que Ianni seguiu, ao menos durante todo o percurso dos anos 60, as diretrizes das pesquisas sociais empreendidas por Florestan, permanecendo sob a mesma matriz teórica: a marxista. A modalidade heurística do fazer sociológico também possuía convergência entre os dois: análise social preferencialmente em perspectiva sincrônica. Em alguns casos menos frequentes, prógonos e epígonos decidiram empreender explicações utilizando a narrativa histórica, discorrendo em perspectiva diacrônica.

O argumento fundamental dos membros paulistas que publicavam na revista polarizava-se no imperativo de modernização das ciências sociológica e histórica para que se começasse “a constituir condições mais propícias à incorporação de padrões mais rigorosos de trabalho científico no campo das ciências do homem” (IANNI, 1959: 146). Apenas com essa modernização de natureza técnica é que os cientistas sociais e historiadores poderiam compreender/explicar os fundamentos da sociedade brasileira com mais domínio do rigor científico.

Invariavelmente, essa segunda geração de cientistas sociais realizou novas pesquisas que possuíam regulação metodológica distinta, de natureza quantitativa, normativa e marxista, e cujo escopo privilegiava as delimitações espaciais ou áreas que foram pouco perscrutadas por Gilberto Freyre, quais sejam, as regiões sul e sudeste do país, com especial enfoque na cidade de São Paulo.

Além dos profissionais, muitos outros pesquisadores paulistas divulgaram seus resultados em *Anhembi*. O diretor da revista, o ex-revolucionário constitucionalista de 1932 Paulo Duarte, publicou uma série de artigos que delineava os avanços do processo educativo no país – pesquisa intitulada “Situação do ensino no Brasil”. Foram frequentes as contribuições de Oracy Nogueira, Fernando Henrique Cardoso e Wilson Martins, bem como de jornalistas, ex-reitores e políticos de São Paulo.

Para que possamos compreender o desempenho da escola paulista na tarefa de propagação das elaborações teóricas atualizadas e relativas à sociologia e à história social da modernização, é necessário que nos debrucemos primeiro sobre o discurso de exaltação que circundava o patrimônio intelectual de Gilberto

Freyre, para depois efetuarmos uma incursão nos debates teóricos pesquisados nas edições de *Anhembi*.

Inicialmente, o documento em questão pode ser alocado como eloquência da constituição de uma ambiguidade: a revista publicava as mais recentes pesquisas com temas variados (relações raciais, teoria sociológica, urbanismo, cinematografia etc.), muitas delas saturadas de críticas e pulverizações dirigidas às teses de Gilberto Freyre, assim contribuindo para o enfraquecimento de alguns de seus valores já consagrados. Contudo, a revista mantinha uma constante posição contemplativa perante a totalidade do patrimônio intelectual construído pelo sociólogo pernambucano. Essa posição ambígua de *Anhembi* pode ser inicialmente apreendida a partir do seguinte comentário de Wilson Martins (1954: 338): “Não é este o momento de refazer a crítica de *Casa Grande e Senzala*, a propósito de sua tradução francesa. Melhor me parece louvar – e nunca o faremos suficientemente – a felicidade e a fidelidade dessa tradução.”

Em 1956, o corpo editorial da revista publicou uma nota de cinco páginas com a finalidade de esclarecer o posicionamento duvidoso que aplicavam à avaliação da obra de Gilberto Freyre. Atenhamo-nos a parte expressiva da nota:

Em edição de “O Jornal”, do Rio, de 25-12-1955, saiu a lume um artigo do Sr. Gilberto Freyre, que nos surpreendeu. É sabido que *Anhembi* devota verdadeira e justa admiração ao Sr. Gilberto Freyre e à sua importante obra sociológica. Em nenhum artigo ou comentário publicado nesta revista procurou-se diminuir a grande significação da produção histórica, sociológica ou ensaística do escritor pátrio. Todavia, com alguma brandura e um certo paternalismo bonacheirão, dá-nos o ilustre mestre uma lição a respeito dos pioneiros do ensino da sociologia no Brasil e faz-nos ver que essa matéria seria pouco menos que nada sem a influência contínua, vigilante e criadora do próprio Gilberto Freyre (PROFESSORES, 1956: 103-104).

A rigor, a questão de fundo que causava esse dissenso era a reivindicação em prol da sistematização das ciências sociais no Brasil. Gilberto Freyre defendia com insistência que alguns cientistas, tais como Roquette-Pinto e Nina Rodrigues, ainda no início do século 20, eram os precursores centrais desta empreitada. Já o corpo editorial de *Anhembi* alegava o contrário: os franceses missionários

da USP dos anos 30, entre eles Roger Bastide e Claude Lévi-Strauss, teriam atuado pioneiramente na empreitada acadêmica, emergindo nas décadas seguintes como os responsáveis pela sistematização e institucionalização, respectivamente, da sociologia e da antropologia.

De maneira independente ao respeito “incontestável” que o pensamento do sociólogo pernambucano obrigava, importa afirmar que os artigos constantemente publicados pelo periódico paulista vilipendiavam seus estudos. Foram muitas as notas e artigos completos assinados por Octavio Ianni, Florestan Fernandes e Roger Bastide tendo por objetivo o questionamento da competência do método histórico-sociológico do intelectual pernambucano, tal qual o manejado já em *Casa-grande & senzala*; obra essa que não passou despercebida pela nova geração de sociólogos correspondentes de *Anhembi*. Nessa direção, a análise não deixa dúvidas: não obstante as aporias causadas pelo revisionismo científico, ocorreu aversão momentânea à *Casa-grande & senzala*.

Diante dessa situação de ataque e como estratégia institucional de manutenção da autoridade adquirida por seus avanços epistemológicos e explicativos, Gilberto Freyre, na qualidade de advogado de si, declarou em mais um prefácio à *Casa-grande & senzala* que, do ponto de vista simbólico, a “complexidade metodológica” de seu pensamento alcançou diversas fronteiras internacionais por sua “notável genialidade”. Nesses termos, o intelectual estava advertindo que seu patrimônio intelectual foi um dos únicos a lograr sagração “transregional, transcontinental e supranacionalmente”. *Casa-grande & senzala*, essencialmente, obteve prestígio acadêmico internacional, com parte majoritária da crítica especializada estrangeira a seu favor (SORÁ, 1988).¹ Contradizendo esse argumento, segundo o porta-voz dos revisionistas uspianos, Florestan

¹ Giucci e Larreta (2007) explicam que a escola historiográfica francesa dos *Annales* representa, em especial, a recepção positiva da inovação epistemológica e dos avanços operados por Gilberto Freyre em suas obras dos anos 30. O cerne dessa inovação consiste no anátema à História Política novecentista e, por conseguinte, no desenvolvimento da História Social valorizando o ponto de vista da vida privada e a experiência social do cotidiano familiar. Essa inovação convergiu satisfatoriamente com os objetivos e esforços empreendidos pelos historiadores franceses no momento em que reformulavam as diretrizes tanto da pesquisa quanto da explicação responsáveis pela produção do conhecimento histórico.

Gustavo Rodrigues Mesquita

Fernandes, o modelo freyriano de pensar o passado do Brasil não passava de mero regionalismo e o autor, possivelmente estivesse superado já ao cabo dos anos 60.

Portanto, é com esse quadro de contra-argumentos que se infere a constituição da ambiguidade no posicionamento ora de exaltação ora de pulverização sustentado por *Anhembi*, uma vez que a revista concedeu o espaço propício para a exposição de argumentos inquisitivos, além de conflituosos, que privilegiavam o ponto de vista da escola paulista, instituindo, desse modo, uma arena de debate geradora de dissensos.

Deslindada essa questão, agora sim penso que seja propício o exame crítico da polarização relativa ao ideário de uma sociedade moderna, introduzido com sucesso, ao menos em São Paulo, por meio da constante circulação das edições de *Anhembi*.

Elaboração teórica em *Anhembi*: história social e sociologia da modernização

A partir dos anos 50, os sociólogos e historiadores paulistas começavam a conceber um projeto reformador das ciências do homem como resposta ao processo, em pleno trânsito, de urbanização funcional e densa das principais cidades brasileiras, transformando-as em metrópoles dinâmicas. Esse trabalho de reforma confrontava-se diretamente com a leitura irrogada a Gilberto Freyre: visto como um ideólogo do autoritarismo mantido pelo militares, da velha ordem social oligárquica e do modo de produção agrário correspondente ao “atraso”, numa palavra, um intelectual a ser superado. As obras *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos*, *Nordeste*, entre outras, foram criticadas e desprezadas entre os anos 50 e 70 pela academia uspiana, ora porque eram destituídas do rigor científico exigido para a explicação do passado formador da nação (escravismo, mobilidade social, imigração, lutas de classe, conflitos de interesse etc.), ora porque valorizavam e condicionavam a perenidade, no tempo presente, de uma unidade patriarcal ruralista alicerçada no tradicionalismo familístico próprio ao Nordeste. Longitudinalmente alheios a essa tradição intelectual do pensamento social brasileiro, em contraste, o grupo de Florestan Fernandes

e Ianni fornecia instrumentos de compreensão das bases (limites e possibilidades) de uma sociedade burguesa compatível com a expansão do sistema capitalista no Brasil.

Nos momentos de gravidade na realização dos ideais políticos, o pensamento econômico e histórico transformou-se na consciência propensa à determinação das modalidades de inserção do Brasil no concerto das nações modernas e mundialmente integradas. Nesse contexto, porquanto Freyre mantinha o debate tanto teórico quanto descritivo da ciência da Tropicologia e do sistema patriarcal rural, os sociólogos paulistas engajaram-se na construção de uma ambiência social peremptória para a democratização da razão de Estado então considerada autocrática (FALCÃO, 2001).

Ao se examinar os debates teóricos publicados em *Anhembi*, constata-se que os intelectuais correspondentes da revista estavam postulando a necessidade de romper com as práticas políticas tradicionais conservadas no interior do país, bem como a reversão dos danos causados pelo patrimonialismo na cultura política brasileira.

De acordo com esse postulado, em um artigo de destaque no conjunto da publicação de *Anhembi*, intitulado *Investigação sociológica na América Latina*, Florestan Fernandes (1962) analisa as medidas necessárias para o desenvolvimento técnico-científico das universidades latino-americanas que, caso operacionalizassem, logrando êxito, um processo de fortalecimento institucional mediante a readequação financeira, conduziram as nações do continente latino-americano rumo ao progresso social, moral e material. O argumento de Fernandes considera ineficaz a contribuição de outros intelectuais cujos estudos não pertenciam à mesma ordem de preocupações. Nesse sentido, *a priori* Gilberto Freyre não produzia sociologia científica, apenas apologia à situação de “subdesenvolvimento” da economia brasileira dentro da conjuntura moderna das relações internacionais.

Ainda segundo a explicação de Fernandes, o desenvolvimento da economia e d sociedade de toda a América Latina só poderia ser alcançado de modo pleno a partir do intermédio direto da pesquisa em bases científicas: progresso e ciência seriam complementares. Formar adequadamente

Gustavo Rodrigues Mesquita

cientistas sociais, educadores, gestores, administradores, enfim, pessoal técnico de alto nível: eis o programa planejado por Fernandes para o progresso social e científico dos países latino-americanos, os quais conseguiriam superar a condição colonial do “atraso” devido a sua estrutura econômica “dependente”. As instituições universitárias, a começar pela Universidade de São Paulo (USP), seriam as primeiras responsáveis pelo desenvolvimento da missão.

É deste modo que peço licença ao leitor para transcrever alguns fragmentos do artigo de Florestan, extensos é certo, mas também reveladores da característica central do projeto planejado pela escola paulista:

Está em curso uma revolução social e cultural que alterará de forma crescentemente mais profunda a participação relativa dos povos latino-americanos na civilização baseada na ciência e na tecnologia científica. (FERNANDES, 1962: 15)

Em um mundo em mudança, como o da América Latina, tais influências tendem a alterar, simultaneamente, a capacidade do homem comum de entender e de desejar a civilização baseada na ciência e na tecnologia científica, as potencialidades do meio de assimilar produtivamente as instituições científicas (colocando-as a serviço efetivo de suas necessidades materiais, educacionais e morais), e a vitalidade dessas instituições, crescentemente beneficiadas pelos efeitos reflexos do desenvolvimento econômico, cultural e social [...] Esse é o “toque de mentalidade” que requer atenção imediata, se aspirarmos a concorrer, como cientistas, simultaneamente, para o desenvolvimento da sociologia e o “progresso social” da América Latina. (idem: 356) (Grifos do autor)

Em pleno contexto histórico do nacional-desenvolvimentismo – ciclo ideológico de modernização da economia e das cidades impulsionado pelo governo de Juscelino Kubitschek (BIELSCHOWSKY, 1996) – e de instrumentalização das ciências no geral, um reitor da USP, Alípio Netto (1957: 231), explicou que.:

(...) a Universidade é uma instituição cultural, sujeita, como a própria cultura, a modificações constantes, para poder acompanhar e influir no desenvolvimento das conquistas da inteligência (...) No esforço que fazem os povos para conseguir a sua autonomia, cabe à universidade o papel mais afirmativo, por isso que só se concretiza

Dissensos em torno da modernização planejada para o Brasil:...

esta mesma autonomia quando ela é conquistada no terreno espiritual (...) [Enfim], cabe à universidade, na luta pela civilização, papel primordial.

Cumprir notar que Freyre se declarou um profissional antiacadêmico, tendo poucas vezes e por pouco tempo ocupado o cargo de professor ou pesquisador em universidades brasileiras, estadunidenses ou europeias (PALLARES-BURKE, 2005). Sendo assim, é lícito indagar: qual foi a contribuição mais proativa do intelectual pernambucano dentro daquele programa de desenvolvimento técnico-científico voltado para o Brasil? Resposta: além da proximidade oscilante que o intelectual mantinha com as universidades do mundo inteiro (palestras, conferências, cursos de curta duração), não se deve esquecer que ele ainda publicou, em 1943, a obra *Problemas brasileiros de antropologia* e, em 1945, a obra *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. Estudos de teoria e metodologia que buscavam sistematizar a ciência e a investigação sócio-antropológica para as novas gerações de cientistas sociais que acabavam de se formar por meio das – também incipientes – universidades brasileiras.

O texto de *Sociologia*, conforme averigua Simone Meucci (2006), foi escrito consoante os outros textos do autor, ou seja, em linguagem pessoal, fundada no método introspectivo do *insight*. Trata-se de um encadeamento narrativo em fundo coloquial, portanto pouco burocrático e pouco seguidor das normas acadêmicas.

A publicação do livro *Sociologia* no ano de 1945 serviu como a oportunidade estratégica de sistematização não apenas da teoria sociológica no país, mas do próprio projeto político-ideológico de seu autor, que estava aproveitando a fenda aberta no terreno dos ideais políticos após a queda do Estado Novo. É certo que o pensamento histórico, antropológico e sociológico de Gilberto Freyre deteve o poder performático e autoritário de intervenção política na realidade imediata da nação (ARAÚJO, 2005).

Em direção contrária, já no entendimento de Octavio Ianni (1961), a teoria sociológica balizada por Freyre não controlava o rigor científico necessário para a solução de um problema estrutural: o déficit teórico no qual a disciplina se encontrava nos anos 50. Na perspectiva desse déficit, os escritos teóricos de Florestan Fernandes, principalmente os *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*,

teriam firmado, para Ianni, ao contrário de *Sociologia* de Freyre, a conquista da mais profunda expressão nacional no sentido de proporcionar duas funções práticas: (primeira) A profissionalização da disciplina como campo de produção científica na academia e (segunda) a adoção do rigor teórico-metodológico necessário para a estimulação do pensamento sociológico geral. Nessa direção, em mais um artigo gerador de polêmica publicado em uma edição de 1958 de *Anhembi*, Ianni argumenta que “no plano teórico, o ‘Manual’ de Gilberto Freyre representa menos para a moderna Sociologia Brasileira do que, no terreno empírico, as suas investigações para as modernas pesquisas empíricas sistemáticas que aqui se realizam” (IANNI, 1958: 358). Termina por concluir que, efetivamente, o livro *Sociologia* “não apresenta os requisitos exigidos pelo estado presente das preocupações dos especialistas brasileiros” (idem: 358). E toda essa argumentação negativa é justificada pelo intelectual paulista, pois...

“(...) o defeito fundamental da obra reside no fato do autor ter utilizado nela o mesmo método expositivo e a mesma linguagem que desenvolveu na elaboração de suas investigações empíricas. A fluência, a versatilidade, a flexibilidade da linguagem, a multiplicidade dos ângulos, que não prejudicam as suas análises da sociedade patriarcal, não são adequadas a uma obra em que são examinados conceitos, ideias e problemas teóricos” (ibid: 356).

Convém recorrer à explicação de Adorno (1995) – inspirada na experiência do holocausto –, quanto à educação e autonomia do indivíduo, para identificar as razões da condenação freyriana ao programa de desenvolvimento latino-americano pautado, sobretudo, no poder da tecnocracia e nos instrumentos providos pela racionalização.

Para Adorno, o homem moderno, na acepção universal do conceito, tende a considerar a disponibilidade da técnica como sendo algo em si mesma, um fim em si mesmo ou uma força natural. Se assim fosse, a educação, o pensamento e o trabalho excessivamente técnicos conduziriam o homem à tecnologização de si mesmo e dos outros, o que culminaria na *consciência coisificada*, isto é, o entendimento de que os outros são, eles mesmos, coisas. Adorno ainda entende que “os meios – e a técnica é um conceito de meios dirigidos à autoconservação

da espécie humana – são fetichizados, porque os fins – uma vida humana mais digna – encontram-se encobertos e desconectados da consciência das pessoas” (ADORNO, 1995: 133). Um complemento da explicação consiste em que as “pessoas tecnológicas” tendem a renunciar as relações humanas libidinosas em prol da aceitação técnica de suas vidas. E a capacidade de amar, que de alguma maneira sobrevive nas pessoas, precisaria ser aplicada aos meios técnicos, e não às demais pessoas que integram as sociedades.

Pois bem, Freyre explicita em *Interpretação do Brasil*, ensaio jornalístico publicado em 1947, sua reprovação do abuso da tecnologia pela política utilitarista do conhecimento científico e, por fim, pela artificialização das relações humanas. Ainda dentro do mesmo plano, mas anterior a esta publicação, o argumento já de *Casa-grande & senzala* escuda-se no signo freudiano da *libido*: a miscigenação só atingiu tamanhas proporções no Brasil devido ao excesso de intercuro sexual entre senhor e escravos: o mulato, portanto, o seu resultado. Outrossim, a explicação trazida por *Nordeste* permanece paradigmática: o modo de produção moderno do açúcar por via das usinas sulcro-alcooeiras é tautologicamente criticado pelo autor porque os grandes capitalistas usineiros, expropriadores da mais-valia produzida pela força de trabalho, não se preocupavam com a ecologia dos trópicos. Os capitalistas usineiros comportavam-se indiferentes com relação à poluição dos rios. Tal atitude, na verdade, retroagia em benefício próprio: a maximização do lucro. A maioria das águas nordestinas foi degradada, extinguida por ação dos capitalistas usineiros no transcurso do século XIX para o XX. Como um dano causado por essa ação “destruidora” e “antiecológica”, as condições de trabalho num Nordeste em fase de industrialização recrudesciam. A técnica moderna de assalariamento mediante a tecnologização e a automação fabril conduz à precarização da vida do trabalhador não apenas nordestino, mas o brasileiro no geral. Portanto, o apego impensado ao excesso de tecnologia acarreta no trabalho cada vez mais exigente e – o que é alarmante – numa escala irreversível.

Ao reunir todo o panorama de contra-argumentos analisados, torna-se possível perceber que os modelos de explicação, ensaístico ou científico, e os projetos políticos – ciência humanista e especificidade cultural brasileira ou sociologia funcionalista e modernidade – entre ambos os intelectuais

conflitantes terminaram por gerar dois programas de organização político-social virtualmente antitéticos. Nesse sentido, as linhas de pensamento acerca da inserção do Brasil no concerto das nações modernas foram estabelecidas também de modo inconciliável, pois eram diametralmente distintas.

Durante o processo histórico no qual o ensaísmo perdia espaço de interlocução e as proposições para o progresso das condições materiais de existência centravam-se nas fases de racionalização e industrialização, implementadas a partir da corrente do taylorismo (impelindo a prevalência da noção de quantidade em detrimento da noção de qualidade ou de estética da cultura), as proposições científicas de Freyre perderam força de convencimento, declinando-se por tempo determinado (MEUUCI, 2006).

Mais ainda, em decorrência das políticas de profissionalização e da subsequente institucionalização das ciências sociais no Brasil, o ensaísmo tradicional perdia espaço de interlocução junto às novas gerações de estudantes e de especialistas renomados. No ponto máximo desse declínio, foi possível identificar a ocorrência de uma inversão na recepção trilhada pelo pensamento freyriano no campo intelectual: da sagração como referência para compreensão da cultura brasileira à avaliação como intelectual autoritário e reacionário, portanto sua obra sofreu anátema durante esse movimento.

É plausível concluir que o esforço de representação empreendido pela escola paulista projetou uma imagem nociva sobre o patrimônio intelectual de Gilberto Freyre. Essa representação nociva se colou em *Casa-grande & senzala* de tal forma que já se apresentava como conclusão antes mesmo de o livro ser francamente lido. Com efeito, tornou-se uma rotina dos estudantes, professores e pesquisadores universitários desse tempo se aterem e estudarem mais os críticos do que a própria obra do intelectual pernambucano.

O diagnóstico da questão racial

Em primeiro lugar, é preciso lançar a ressalva de que o francês Roger Bastide nem sempre aderiu às diretrizes críticas instituídas pela Sociologia Científica, portanto nem sempre partilhou da contestação pulverizadora dos

conceitos e valores freyrianos. A posição de Bastide não pode ser qualificada do mesmo modo como a posição crítica de seus discípulos. Mais uma vez, a atitude deste intelectual diante dos escritos do “mestre” de Apipucos deve ser qualificada de modo diferente, pois ele não se prefixou a uma vertente política e ideológica contemporânea às demandas institucionais pela modernização das Ciências Humanas, tendo se deslocado de uma vertente a outra: dos críticos-revisionistas para os contempladores do trabalho de Freyre, e *vice-versa*. Um dos fatores que corroboram esta inferência reside no trabalho realizado por Bastide de tradução do texto de *Casa-grande & senzala* para a primeira edição francesa, publicada em 1952. Outro fator comprobatório emerge de modo bastante evidente no testemunho que se segue, fornecido pelo próprio tradutor. Ele diz:

Gilberto Freyre tentou ao contrário criar, e é o que o distingue de Oliveira Vianna, uma sociologia sem << a priori >> de << importação >>. E a prova está em que não sabemos como classificá-lo, se entre os historiadores, entre os sociólogos, na geografia humana. É que, para estudar as relações inter-humanas no Brasil, ele foi obrigado a criar um método próprio, uma espécie de sociologia proustiana; essa novidade foi bem recebida em França. Se ler[mos] as críticas da tradução de << Casa-grande e Senzala >> ver[emos] que o que impressionou os franceses não foi o pitoresco, mas, como disse << Lês Temps Modernes >>, o fato de ter o autor inventado uma sociologia humanista. Com ele, é a ciência brasileira que se apresenta como modelo a seguir aos europeus (BASTIDE, 1953: 524) (Grifos do autor).

É certo que Bastide não se fixou a uma vertente intelectual pré-estabelecida pelas dissidências do pensamento social brasileiro que lhe era contemporâneo. Em decorrência disso, a perspectiva que mais importa para a presente investigação repousa no processo de desenvolvimento, por parte de Bastide e em cooperação com Florestan Fernandes, uma pesquisa científico-revisionista referente à dinâmica das relações raciais na cidade de São Paulo (cuja justificativa para sua

realização consistia na tarefa de diagnosticar a verificabilidade do “mito da democracia racial no Brasil”).

A pesquisa intitulada *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo* foi financiada pela UNESCO e teve todos os seus resultados publicados em *Anhembi*.² Essa pesquisa atendia às novas demandas sociais decorrentes da pós-Segunda Guerra Mundial e, em especial, à questão do racismo que ganhou vulto quando os organismos internacionais se viram obrigados a se defrontar com a memória do holocausto.

De fato, *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo* foi uma pesquisa arrojada para seu tempo, pois demonstrou ter sido muito bem-planejada tanto teórica quanto metodologicamente. Ademais, o êxito em sua realização empírica atesta o alto nível de inovação alçado pela moderna pesquisa científica. Uma equipe composta por antropólogos, sociólogos e historiadores, brasileiros e estrangeiros, colaborou para o desenvolvimento contínuo da pesquisa: Donald Pierson, Alfred Metreaux e Richard Morse foram alguns dos estrangeiros colaboradores.³ Reiteradamente, vale enfatizar o aspecto da importância que essa pesquisa conquistou (e ainda mantém) no sentido de preparar um diagnóstico preciso e esclarecedor acerca das causas e dos efeitos do racismo na socialização entre brancos e negros na cidade de São de Paulo dos anos 50.

² A sigla “UNESCO”, na língua original inglesa, significa “United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization”. Para informações mais precisas sobre a organização, cf. MAIO, 1999.

³ Morse cooperou para a pesquisa enquanto lecionava nos Estados Unidos. Não há artigos publicados por ele em *Anhembi*. Foi encontrado apenas um artigo de Morse no *Journal of Negro History*, periódico especializado dos Estados Unidos. O título é *The Negro in São Paulo, Brazil*, de 1953. Neste artigo o autor reflete sobre as especificidades do processo histórico de miscigenação ocorrido na capital paulista, depois analisa o que há de diferente nas relações raciais entre a cidade de São Paulo e a região Nordeste. Concluiu que o fluxo de imigração volumosa de europeus brancos e o processo de urbanização densa da metrópole paulista provocaram o conflito nas relações raciais dos anos 50. Segundo a conclusão do autor, os negros em São Paulo, ao contrário da experiência social dos nordestinos, sofriam profundos preconceitos de cor, pois eram discriminados e, em alguns casos, segregados do restante da população.

Com o fim dos inquéritos, visando produzir uma síntese dos conhecimentos adquiridos, Roger Bastide (1953) constatou que nas relações sociais entre brancos e negros em todo o território nacional o fator preponderante para a ascensão dos últimos era apenas um, qual seja, a política do enbranquecimento. Os negros brasileiros, caso ambicionassem alguma prosperidade financeira, ascensão e *status* na escala social, deveriam primeiro se sujeitar à supressão de suas características étnico-culturais de descendência africana, para depois congregarem o mundo de negociação e competição da economia política “própria” ao mundo burguês. A conduta dos negros deveria se adequar às prerrogativas burocráticas e coercitivas impostas pelos patrões brancos, em especial aqueles que, antecipadamente, conseguiam se livrar do preconceito racial.

Outra motivação para os pesquisadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP revisarem o funcionamento das relações raciais na cidade de São Paulo estava dentro da leitura que eles próprios forjaram em torno de Gilberto Freyre, ou seja, que foi ele, o intelectual pernambucano, o inventor e, por conseguinte, o publicista do suposto “mito da democracia racial no Brasil”. Na verdade, tratou-se de uma premissa fundamental para a realização da pesquisa revisionista integrada aos departamentos acadêmicos, considerando que a UNESCO, ao ter que se defrontar, estudar e gerenciar a memória recente dos genocídios nazista e fascista, entusiasmou-se deliberadamente com a tese freyriana das relações raciais socialmente atenuadas nas regiões brasileiras onde o processo histórico de mestiçagem étnica impulsionou a mobilidade social, isto é, nas regiões Norte e Nordeste (FREYRE, 1945).

No processo de pesquisa, a UNESCO, em cooperação com a USP e a Escola Livre de Sociologia e Política, financiou inquéritos que resultaram na confirmação de que o racismo no Brasil não se apresenta de modo diretamente espontâneo quer nos espaços públicos quer nos espaços privados do corpo social. Os pesquisadores encerraram a pesquisa sem sustentar dúvidas ou delongas: historicamente, ocorrem práticas sociais

racistas de feição sugestivamente cordial no Brasil, as quais podem ser captadas, por exemplo, no assujeitamento do cidadão negro a nomenclaturas que por si só transparecem o preconceito de cor, a saber, “sapeca negrinho”, “o vagabundo”, “a negrinha”, “cabelo ruim”, “pixaim” etc. Ademais, o projeto UNESCO confirmou a assertiva de que o tipo preponderante do racismo sucedido no Brasil é o *velado*.

Em adição, o diagnóstico da questão racial supracitado ainda desdobra-se dos impasses suscitados pela modernização brasileira dos anos 50. Mediante os estudos científico-revisionistas, os sociólogos paulistas entenderam a manipulação do mito da democracia racial como uma técnica ideológica de dominação dos setores subalternos pelas classes dirigentes regionais, que logravam conservar poder político oligárquico. Avaliando a situação pelo ponto de vista da escola paulista, Ianni alertava: “Assim, as representações ideológicas surgem nitidamente como técnicas de dominação, ou seja, de preservação de estruturas estabelecidas, geralmente arcaicas” (IANNI, 1966: p. 9).

Cumprir observar que a permanência da credibilidade comum no putativo mito incidia sobre a modernização do espaço social urbano, pois persistia em impor obstáculos ao trânsito democrático dos cidadãos segundo suas habilidades profissionais e técnicas.

Como as manifestações discriminatórias geralmente fazem parte de técnicas de preservação de interesses e privilégios, elas podem ser tomadas, ao nível interpretativo, como elementos que impedem ou dificultam a instauração ou expansão de relações democráticas, obstruindo a circulação dos homens, segundo a sua competência e qualificação. Nesse sentido, o mito da democracia racial é uma expressão ideológica em uma sociedade que não deixa nem pode deixar avançar a democracia (idem: 60).

Ultimando uma síntese do artigo, resta concluir que, conhecendo os resultados do revisionismo científico-revisionista alçado pela escola paulista, as novas gerações de cientistas sociais pertencentes à esquerda, em sua constante sucessão, mobilizaram-se no sentido de agregar tais

cientistas à realização de outras pesquisas socioculturais que visavam a denúncia específica da invenção do “mito da democracia racial”, cristalizando, sobremaneira, certa homogeneidade, ou mesmo um consenso a respeito de quem foi seu principal inventor e consciencioso publicista. Circunstancialmente, o velho e consagrado Gilberto Freyre persistiu em ser o alvo para que se pudesse digladiar.

Fontes documentais:

BASTIDE, Roger. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: efeitos do preconceito de cor*. Anhembi, São Paulo: Vol. 11, nº 33, ano 3, p. 434-467, 1953.

_____. *Carta aberta a Guerreiro Ramos*. Anhembi, São Paulo: Vol. 12, nº 34, ano 3, p. 521-528, 1953.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Os brancos e a ascensão social em Porto Alegre*. Anhembi, São Paulo: Vol. 39, nº 117, ano 10, p. 583-596, 1960.

CASTELLO, José Aderaldo. *O patriarca e o bacharel: a propósito de uma hipótese de trabalho*. Anhembi, São Paulo: Vol. 12, nº 34, ano 3, p. 331-333, 1953.

DUARTE, Paulo. *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*. Anhembi, São Paulo: Vol. 10, nº 30, ano 3, p. 433-435, 1953.

FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: a luta contra o preconceito de cor*. Anhembi, São Paulo: Vol. 12, nº 34, ano 3, p. 39-71, 1953.

_____. *Investigação sociológica na América Latina*. Anhembi, São Paulo: Vol. 44, nº 130, ano 12, p. 14-35, 1962.

IANNI, Octavio. *A “Sociologia” de Gilberto Freyre*. Anhembi, São Paulo: Vol. 31, nº 92, ano 8, p. 353-358, 1958.

_____. *Problema de explicação na sociologia*. Anhembi, São Paulo: Vol. 37, nº 100, ano 9, p. 145-158, 1959.

_____. *Sociologia aplicada*. Anhembi, São Paulo: Vol. 43, nº 127, ano 11, p. 139-143, 1961.

Gustavo Rodrigues Mesquita

- MARTINS, Wilson. *“Casa-grande e senzala”, em francês. Anhembi, São Paulo: Vol. 14, nº 41, ano 4, p. 338-341, 1954.*
- MORSE, Richard. *The negro in Sao Paulo, Brazil. The Journal of Negro History, Washington: Vol. 38, nº 3, p. 290-306, 1953.* Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em 09 de abril de 2009.
- NETTO, Alípio Corrêa. *Vinte e cinco anos como reitor da Universidade de São Paulo. Anhembi, São Paulo: Vol. 32, nº 70, ano 7, p. 231-249, 1957.*
- NOGUEIRA, Oracy. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Anhembi, São Paulo: Vol. 18, nº 53, ano 5, p. 279-299, 1955.*
- OLIVEIRA, Amando de Salles. *Diário de Armando de Salles Oliveira. Anhembi, São Paulo: Vol. 11, nº 31, ano 3, p. 216-241, 1953.*
- O RACISMO e a ciência. Anhembi, São Paulo: Vol. 2, nº 5, ano 1, p. 303-305, 1951.*
- PROFESSORES estrangeiros no Brasil. Anhembi, São Paulo: Vol. 21, nº 62, ano 6, p. 103-106, 1956.*

Bibliografia:

- ADORNO, Theodor. *Educação após Auschwitz In: Educação e emancipação. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 190 p.*
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2005, 224 p.*
- BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2006, 237 p.*
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, 496 p.*
- CERTEAU, Michel de. *As produções do lugar. In: A escrita da história. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, 345 p.*

- FALCÃO, Joaquim. *A luta pelo trono: Gilberto Freyre versus USP*. In: *O imperador das ideias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, 303 p.
- FREYRE, Gilberto. *Brazil and the international crisis*. *Journal of Negro Education*, Washington: Vol. 10, nº 3, 1941, p. 510-514. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em 06 de fevereiro de 2009.
- _____. *Roger Bastide no Recife*. *Correio da Manhã*, RJ, p. 4, 24 fev 1944.
- _____. *Brazil: an interpretation*. New York: Alfred Knopf, 1945, 179 p.
- _____. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 6ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950, 860 p. 2 vols. (Documentos Brasileiros; 36, 36-a).
- _____. *Mestre Metreux em Salvador da Bahia*. *O Cruzeiro*, RJ, 08 set 1951.
- _____. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, 297 p. (Documentos Brasileiros; 4).
- _____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, 908 p. 3 vols. (Documentos Brasileiros; 66, 66-b, 66-c).
- _____. *Manifesto regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1955, 54 p. (Os Cadernos de Cultura; 34).
- GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. *Gilberto Freyre, uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro (1930-1936)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 657 p.
- GOLDMANN, Lucien. *El todo e las partes*. In: *El hombre e lo absoluto, El dios oculto*. 2ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 1985.
- IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, 258 p. (Retratos do Brasil; 48).
- MAIO, Marcos Chor. *Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO*. *Tempo social*, São Paulo: Vol. 11, nº 1, p. 111-136, maio de 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em 10 de julho de 2009.

Gustavo Rodrigues Mesquita

- MENEZES, Diogo de Melo. *Gilberto Freyre: notas biográficas com ilustrações, inclusive desenhos e caricaturas*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1944.
- MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. 2006. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- SORÁ, Gustavo. *A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de Casa-grande e senzala, de Gilberto Freyre*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Vol. 13, nº 36, 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em 21 de agosto de 2008.